



ESTUDOS COM/SOBRE BEBÊS COM DEFICIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS (2008-2021)

**Studies with/about babies with disabilities in Early Childhood Education: a
reflection on academic productions (2008-2021)**

Luciana Aparecida de Araujo de **ARAUJO**
Departamento de Didática
Universidade Estadual Paulista – Unesp/Marília
Marília, Brasil
luciana.a.araujo@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0003-1147-5039> 

Cleriston Izidro dos **ANJOS**
Centro de Educação
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Maceió, Brasil
cleriston.anjos@cedu.ufal.br
<https://orcid.org/0000-0003-1040-4909> 

Claudia Regina Mosca **GIROTO**
Departamento de Educação e Desenvolvimento Humano
Universidade Estadual Paulista – Unesp/Marília
Marília, Brasil
claudia.mosca@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0001-6267-8085> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Este artigo objetivou analisar o estado da produção de estudos e pesquisas com/sobre bebês com deficiências na Educação Infantil, a partir de revisão bibliográfica realizada junto à base de dados da Oasisbr (2008-2021), tendo a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), como recorte temporal. Partiu-se do seguinte questionamento: o que indicam os estudos e pesquisas sobre bebês com deficiências na Educação Infantil? Os resultados foram analisados de forma descritiva e interpretativa, a partir dos eixos: temas de interesse; modalidades de pesquisa e instrumentos de coleta, que indicaram tanto a escassez quanto a necessidade de ampliação de trabalhos que favoreçam a inclusão na Educação Infantil e de políticas públicas que garantam o atendimento educacional especializado de bebês com deficiências. Conclui-se que ainda existe expressiva lacuna quando se trata de pesquisas voltadas para a inclusão na Educação Infantil – particularmente de bebês com deficiências – sendo este um desafio do campo a ser enfrentado, tendo em vista o fato de que as pesquisas podem contribuir com possíveis caminhos para a construção de políticas públicas integradas de atendimento aos bebês com deficiências.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Bebês. Creches. Inclusão. Deficiências.

ABSTRACT

This article aimed to analyze the state of the production of studies and research with/on babies with disabilities in Early Childhood Education, based on a literature review carried out with the Oasisbr database (2008-2021), with the National Policy for Special Education in Perspective of Inclusive Education (PNEEPEI) as a time frame. We started with the following question: what do studies and research on babies with disabilities in Early Childhood Education indicate? The results were analyzed descriptively and interpretively from the axes: topics of interest; research modalities and collection instruments, which indicated both the scarcity and the need to expand work that favors inclusion in Early Childhood Education and public policies that guarantee specialized educational care for babies with disabilities. It is concluded that there is still a significant gap when it comes to research aimed at inclusion in Early Childhood Education - particularly

babies with disabilities - this being a challenge in the field to be faced, given the fact that research can contribute with possible paths for the construction of integrated public policies for the care of babies with disabilities.

KEYWORDS: Early Childhood Education. Babies. Day care centers. Inclusion. Disabilities.

INTRODUÇÃO

O paradigma da inclusão pode ser compreendido como uma proposta técnico-científica, fundamentada no conhecimento a respeito dos ganhos em desenvolvimento social e pessoal, decorrentes da convivência na diversidade e na diferença. Essa forma de compreensão acerca do paradigma da inclusão prevê não apenas a atenção a todas as pessoas em situação de vulnerabilidade, o que inclui as pessoas com deficiências, mas também o desenvolvimento de ações na e pela sociedade, a fim de que ela contemple a convivência na diversidade e na diferença.

Assegurado em documentos internacionais (KASSAR, 2011), a exemplo das Declarações de Jontiem (UNESCO, 1990) e de Salamanca (UNESCO, 1994), tal paradigma tem sido difundido no Brasil, particularmente no que diz respeito aos inúmeros documentos oficiais que tratam das políticas educacionais e explicitado em documentos mais recentemente publicados (BRASIL, 2008a; 2009; 2011a; 2011b), subsidiados, principalmente, pelos princípios da igualdade, que asseguram a inclusão de pessoas com deficiências em espaços comuns frequentados pelos demais indivíduos, e da equidade, que prevê o tratamento equânime às diferenças (ARANHA, 2000).

A busca pela igualdade de direitos nos âmbitos social, em geral e educacional, em particular, só ganha sentido se atrelada à valorização do princípio da equidade, na medida em que as diferenças são reconhecidas e consideradas sob diferentes perspectivas (MAZZOTTA, 2011), uma vez que o princípio da equidade se traduz pela ideia de que as oportunidades devem ser diferentes para pessoas diferentes. Assim, a interpretação sobre o paradigma de inclusão que orienta a educação inclusiva, no cenário brasileiro, extrapola as questões educacionais e atenta para questões sociais mais gerais.

A educação inclusiva pressupõe a garantia de oportunidades de acesso nos diferentes contextos institucionais, a partir do reconhecimento das diferenças e do enfrentamento das desigualdades, com vistas ao acesso, permanência e participação no processo de apropriação de conhecimentos, oportunizados em tais contextos, e sua operacionalização tem sido garantida por dispositivos e normativas legais, a exemplo da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

(PNEEPEI), que determinou a reorganização dos sistemas educacionais na perspectiva da educação inclusiva; da Resolução nº 04/2009 (BRASIL, 2009), que estabelece, entre outras medidas, explicitamente, o papel do/a professor/a especialista que atua no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, implicitamente, o papel do/a docente regular da turma; o Decreto nº 7.611/11 (BRASIL, 2011a), que assegura a perspectiva inclusiva e a oferta do Atendimento Educacional Especializado na rede regular de educação.

No caso dos/as bebês com e sem deficiências, deve-se considerar, ainda, o fato de que as práticas educativas devem ecoar as especificidades da docência na primeira etapa da Educação Básica, seus princípios, fundamentos e procedimentos, dentre os quais, destacam-se as instruções sobre a acessibilidade de materiais, objetos, espaços e brinquedos; a brincadeira e as interações como eixos do currículo da Educação Infantil; a indissociabilidade entre o cuidar e educar; a garantia de experiências de conhecimento de si e do mundo; a imersão nas diferentes linguagens (musical, dramática, plástica, gestual, verbal); as experiências de interação com a linguagem oral e a linguagem escrita; as experiências espaço temporais e de relações quantitativas, medidas e formas; o equilíbrio entre as atividades individuais e coletivas; os momentos de cuidado pessoal; as vivências éticas e estéticas; os aspectos do mundo físico e social, do tempo e da natureza; o incentivo à curiosidade; o contato com as manifestações e tradições da cultura brasileira; o uso de recursos tecnológicos, dentre outros aspectos (BRASIL, 2009).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2009), as propostas pedagógicas devem, ainda, respeitar três princípios: éticos, políticos e estéticos.

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009, p. 97-98).

Conforme pode ser observado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o respeito à singularidade (princípio ético) é mencionado como compromisso e responsabilidade a ser assumida em cada proposta pedagógica elaborada nesse país de dimensões continentais. Pensar em singularidades envolve, necessariamente, considerar as particularidades, os interesses e as necessidades das

crianças pequenas, desde bebês. Ainda no que se refere à docência com bebês, as autoras Delgado, Barbosa e Richter (2019), afirmam que:

A condição da docência na creche também se complexifica pela simultânea presença tanto do fato da potência dos bebês e crianças pequenas constituírem interações no e com o mundo, quanto por sua vulnerabilidade e dependência, pois necessitam atenção e cuidados intensos na longa jornada de permanência na creche. As abordagens teóricas tradicionais sobre docência não têm sido suficientes para pensar a complexidade do fazer pedagógico da professora na Educação Infantil, especialmente a de creche, por ser uma professora que não “dá aulas” no sentido convencional. A pedagogia com as crianças pequenas é basicamente uma profissão relacional. Não se é docente apenas com aquilo que se têm do ponto de vista da informação racional, mas também com aquilo que se é, como a capacidade de relacionar-se, de interagir, de tocar, de olhar, de cantar, de correr, e outras tantas características da profissão que envolvem o corpo, isto é, o fazer da professora (BARBOSA, 2016). Estas reflexões iniciais indicam a existência de singularidades na docência com crianças de zero a três anos que marcam diferenças em relação aos outros níveis da educação (DELGADO; BARBOSA; RICHTER, 2019, p. 273).

No Brasil, a reorganização dos sistemas educacionais na perspectiva da educação inclusiva foi assegurada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, reconhecida como um importante marco, que conferiu suporte à Educação Especial, complementar ou suplementar à escola regular, assim como garantiu a transversalidade dessa modalidade educacional desde a Educação Infantil, uma vez que a Educação Especial, desde então, se constituiu numa modalidade de ensino que “[...] perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e de aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2008, p.1).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) possibilitou, ainda, a ampliação do público-alvo da Educação Especial, ao contemplar estudantes com transtornos globais de desenvolvimento (TGD)¹ ou com superdotação/altas habilidades - além das pessoas com deficiências -, que também passaram a ter assegurado o direito ao atendimento educacional especializado (AEE), caracterizado pelo “[...] conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.” Em igual medida, é

¹ Optamos por manter a terminologia ainda utilizada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), conforme as políticas educacionais vigentes, que dispõem sobre a operacionalização do AEE, para caracterizar estudantes com TGDs como aqueles “[...] que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se, nessa definição, estudantes com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação” (BRASIL, 2008; 2009).

recomendada a valorização da participação da família e dos educadores/as nos processos de apropriação de conhecimentos, tendo em vista as práticas sociais instauradas nas/pelas interações sociais e educacionais.

Giroto, Vitta e Araujo (2019) discutem que há equívocos que ocorrerem no campo educacional que dificultam a garantia do direito à educação de qualidade e a superação das desigualdades, afetando crianças da Educação Infantil e de outros diferentes segmentos educacionais.

A reorganização de sistemas educacionais, na perspectiva inclusiva, que contempla a diversidade constituída nas/pelas relações sociais e as diferenças como constitutivas do sujeito, prevê que o trabalho educativo na Educação Infantil leve em conta a heterogeneidade do público escolar que a frequenta. Dessa perspectiva, o trabalho educativo na Educação Infantil, num contexto inclusivo, sob os princípios da universalização do acesso à educação, da igualdade de direitos no acesso às oportunidades e da equidade, pressupõe que sejam consideradas as especificidades das crianças, seus distintos modos de apropriação do conhecimento e os diferentes contextos. (GIROTO; VITTA; ARAUJO, 2019, p. 635).

Anjos, Silva e Silva (2019, p. 642) afirmam que fatores políticos, sociais e econômicos, seja de forma macro ou micro, acabam por influenciar a compreensão e implementação de tais políticas, “[...] permitindo que sejam mais ou menos permeáveis no cotidiano social e educacional”. Numa perspectiva macro, se o discurso político é inclusivo, este ponto de vista implica pensar em ações, planejamento e efetivação desses princípios. No âmbito da micropolítica, devem ser adotados outros encaminhamentos a partir das vivências e cotidianos educacionais, cuja centralidade é a criança. Nessa relação entre macro e micro, residem as relações entre Educação Infantil e inclusão. Para os autores e a autora, as creches e pré-escolas precisam “[...] ser consideradas pelos sistemas de ensino como demandantes, a partir de suas especificidades, de lógicas próprias de atenção e organização da relação cuidar-educar (ANJOS; SILVA; SILVA, 2019, p. 642).

Embora haja avanços no campo das políticas de Educação Infantil, particularmente quando se trata do ordenamento legal que a assegura como dever do Estado e como direito da criança e da família, os autores e a autora Anjos, Silva e Silva (2019) afirmam que ainda é preciso lutar muito para que as crianças desde bebês - com e sem deficiências - possam ser atendidas de modo integral, integrado e respeitoso.

A inclusão, entendida como denominador do direito à diferença, do direito à igualdade e do direito a outros tempos e espaços, coloca-se constantemente como elemento tensionador das múltiplas práticas excludentes, quicá segregadoras, e discriminatórias, expoentes do combate aos preconceitos. Nessa perspectiva, o

princípio da educação inclusiva vem se firmando como norteador das políticas educacionais desde o início dos anos de 1990, seja na discussão do direito à educação para todos, criticando qualquer restrição em função de uma condição de deficiência, por exemplo, como na visibilidade da situação de exclusão e segregação à qual eram submetidos do/no contexto educacional aqueles aí demarcados. O fato é que essa discussão centralizou-se, sobretudo, no ensino fundamental, deixando, assim, de ser pautada na educação para primeira infância, promovendo uma lacuna histórica nas contribuições de instituições educacionais mais inclusivas (ANJOS; SILVA; SILVA, 2019, p. 643).

No que diz respeito à educação de bebês com deficiências em creches, Bracialli, Reganhan, Baleotti e Tuler (2003), Teixeira (2003) e Joaquim (2005) destacam a necessidade de envolvimento de familiares e docentes de Educação Infantil nos processos de construção da linguagem e de aprendizagens como um todo, o que reforça a necessidade de construção de relações mais respeitadas entre as instituições de Educação Infantil e as famílias.

Bueno e Meletti (2011, p. 280) destacam, por sua vez, que a inclusão de qualidade só é possível desde que “[...] ocorra o mais precocemente possível, ou seja, na Educação Infantil”. Em igual medida, Carneiro (2011, p. 93) assevera que a transformação das instituições educacionais na perspectiva da educação inclusiva “[...] implica no reconhecimento de que a Educação Infantil é o primeiro espaço em que as mudanças devem se efetivar”.

Assim, com o desafio de estabelecer reflexões e relações necessárias sobre trabalho com bebês com deficiências na Educação Infantil, nossa investigação realizou-se mediante revisão bibliográfica com o objetivo de reunir e analisar o estado da produção de estudos e pesquisas com/sobre bebês com deficiência na Educação Infantil, realizada junto à base de dados da Oasisbr (2008-2021), tendo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) como marco e recorte temporal.

Ainda que tenha transcorrido mais de uma década desde a reorganização dos sistemas educacionais no Brasil na perspectiva da educação inclusiva, escassos são os estudos voltados aos bebês com deficiências, matriculados/as em creches. Esperamos responder o seguinte questionamento: o que dizem os estudos e pesquisas sobre o trabalho com bebês com deficiências na Educação Infantil?

Optamos pela revisão bibliográfica, com o intuito de buscar conhecimentos e informações que se relacionaram ao nosso objeto de investigação, conforme indicado por Lima e Mito (2007), e pelo mapeamento das pesquisas, em que procuramos reunir, analisar, interpretar o campo dos estudos sobre os bebês com deficiência na Educação Infantil e as perspectivas inclusivas de atendimento em creches.

Brito, Oliveira e Silva (2021, p. 8), ao destacarem a importância da pesquisa bibliográfica, apontaram que se relaciona à busca de “[...] novas descobertas a partir de conhecimentos já elaborados e produzidos”, visto que “[...] se coloca como impulsionadora do aprendizado, do amadurecimento, levando em conta suas dimensões, os avanços e as novas descobertas em diferentes áreas do conhecimento”.

Ademais, a pesquisa bibliográfica, além de possibilitar a identificação de tendências e perspectivas na área investigada, permite indiciar discrepâncias na própria área, quando considerados os aspectos mais ou menos investigados, bem como, em relação a áreas afins, o que favorece a ampliação e/ou aprofundamento de estudos relacionados aos temas já investigados (ANDRÉ, 2001; BUENO, 2008).

Sob tais premissas, no campo metodológico, o conjunto de estudos aqui considerados foram recuperados junto à base de dados *Oasisbr*², que nos possibilitou a constituição desse corpus investigativo, no período de janeiro de 2008 até dezembro de 2021, pois consideramos como determinante a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Realizamos procedimentos de localização, reunião, seleção e ordenação de referências das pesquisas sobre a temática, para posterior sistematização dos dados e análise descritiva e interpretativa.

Nossa opção por essa base de dados justifica-se por se tratar de uma iniciativa que recupera materiais de acesso aberto, de repositórios institucionais de universidades socialmente referenciadas, trazendo trabalhos consolidados como teses, dissertações e artigos científicos em bases indexadas, Trabalhos de Conclusão de Curso e trabalhos apresentados em eventos científicos. Além disso, a plataforma possui uma linguagem intuitiva, que favorece tanto o acesso quanto a visibilidade de trabalhos acadêmicos.

A localização dos estudos foi realizada mediante palavras-chave, associadas as expressões de busca e operadores booleanos³ AND (Educação Infantil) AND (Inclusão) AND (Bebês), na referida base de dados, com o intuito de restringir a pesquisa trazendo a intersecção dos termos combinados, que possibilitou a identificação inicial de 59 estudos publicados em língua portuguesa. Uma vez identificados os títulos desses estudos nos quais figuraram ao menos uma dessas expressões, procedemos à reunião, seleção e ordenação por meio da leitura dos respectivos resumos, tendo em vista a verificação de pertinência quanto à temática investigada, objetivo proposto e faixa etária considerada, bem como, à leitura, na íntegra, dos estudos que mantiveram tal

² Base de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict Oasisbr), cujo acesso pode ser obtido no link: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/>.

³ Operadores booleanos se constituem como palavras que informam ao sistema de busca como combinar os termos de sua pesquisa.

pertinência. Dessa maneira, dos 59 estudos inicialmente encontrados, 44 foram excluídos, tendo sido considerados como critérios de exclusão: não guardar pertinência com o objetivo proposto; não contemplar os bebês com deficiências como sujeitos dos estudos e duplicidade de estudos publicados em diferentes formatos. Restaram, portanto, 15 trabalhos para a análise, distribuídos em: quatro teses, quatro dissertações, cinco artigos e dois Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação (TCC).

Após a seleção dos estudos encontrados, realizamos leitura na íntegra das produções de modo a investigar as principais tendências presentes nos estudos e pesquisas. Para a identificação das principais tendências, consideramos a frequência em que os dados se apresentavam, tais como: as temáticas, objeto de investigação das produções, metodologias de pesquisa mais utilizadas entre os (as) pesquisadores (as), os instrumentos de coleta de dados mais utilizados e seus resultados. Os materiais encontrados, foram analisados de forma descritiva e interpretativa, sistematizados a partir de dois eixos: a) Políticas e abordagens na perspectiva inclusiva que contemplam bebês; b) Práticas pedagógicas inclusivas e desenvolvimento de bebês.

O QUE INDICAM AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE BEBÊS COM DEFICIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O mapeamento das pesquisas que tratam sobre bebês com deficiências na Educação Infantil e as perspectivas inclusivas de atendimento em creches, nos permitiu observar as principais tendências e os caminhos que tais trabalhos propõem no tratamento da temática. Urge destacar que, para este levantamento, consideramos como bebês o coletivo de crianças matriculadas em creches, com idade entre 0 e 3 anos.

As produções acadêmicas que discutem as políticas de inclusão e as diferentes abordagens de educação inclusiva, contemplando as crianças de 0 a 3 anos, foram reunidas no eixo “Políticas e abordagens na perspectiva inclusiva que contemplam bebês”, em que foi possível reunir 7 produções, sendo 2 teses, 1 dissertação de mestrado, 2 artigos científicos e 2 Trabalhos de Conclusão de Curso.

Iniciamos com a tese de Meirelles (2016), intitulada “Educação infantil e atendimento educacional especializado: configurações de serviços educativos no Brasil e na Itália”, que analisou o atendimento educacional especializado para crianças com deficiências na Educação Infantil, a partir de dois contextos: Santa Maria, município do Rio Grande do Sul, no Brasil, e Bologna, capital da Região Emilia Romagna, na Itália.

Em sintonia com a abordagem sistêmica, utilizou o método cartográfico, valorizando a busca ampla de análise bibliográfica e o uso de entrevistas. Em Santa Maria, entrevistou professoras de educação especial que atuam no atendimento educacional especializado em instituições de Educação Infantil e o gestor de educação especial da rede. Em Bologna, entrevistou gestoras dos serviços de Educação Infantil da rede municipal. Os resultados indicaram que ambos os contextos compartilham de aspectos políticos que valorizam os processos de inclusão escolar, uma vez que reconhecem a importância da oferta do apoio especializado desde a Educação Infantil. Destacou que há, no Brasil, uma valorização da sala de recursos como elemento pedagógico importante e responsável na condução do processo, enquanto que o trabalho, na Itália, se configura como uma espécie de rede, envolvendo um conjunto de outros/as profissionais, em parceria com a ação docente especializada conduzindo o trabalho com as crianças.

Por sua vez, Bossi (2017, p. 8), em sua tese: "Inclusão de bebê com deficiência física em creche", investigou as "contribuições do Programa de Acompanhamento para Educadoras de Creche em Contexto Inclusivo - PROAECI, para a relação educadora-bebê com deficiência, a partir de conceitos winnicottianos" (BOSSI, 2017, p.8). Participaram da investigação três educadoras de berçário de uma Escola Municipal de Educação Infantil de Porto Alegre, que atendiam uma menina de 24 meses, com deficiência física. Entrevistou as educadoras que participaram do PROAECI, embasados pelos conceitos winnicottianos referentes às atividades da educadora "(holding, manuseio e apresentação de objetos) e competências da educadora (previsibilidade, adaptação ao saber materno e diagnóstico pedagógico)" (BOSSI, 2017, p.8). Destacou que as educadoras não limitaram a participação da criança na rotina diária. Os resultados indicaram a necessidade de mais programas desta natureza. Ressaltou a importância desse programa ser utilizado também para o trabalho com outras deficiências.

Silva (2018, p. 9), em sua dissertação "Primeira infância e situações de deficiências: elementos para uma análise do (não) direito à educação", refletiu sobre "[...] qual é o lugar ocupado pelos bebês e crianças pequenas com deficiência nas ações e políticas públicas promovidas pelo Estado na educação brasileira." (SILVA, 2018, p.9). Coletou e analisou documentos oficiais, tais como: leis, decretos, portarias, normativas, diretrizes e convenções, buscou os dados estatísticos produzidos pelo governo federal, mediante Censo Demográfico Populacional de 2010 e suas projeções e as Sinopses Estatísticas dos Censos Escolares de 1996 a 2016. Tais documentos foram examinados a partir da análise de conteúdo. Concluiu que o lugar atribuído aos bebês e as crianças

pequenas com deficiências pelo poder público, e pela sociedade de modo geral, é o da invisibilidade, pois os direitos sociais e a cidadania lhes são negados. Destacou que os resultados alcançados ao final da investigação sobre as pesquisas e as produções, contidas nos bancos de teses e dissertações da Universidade de São Paulo, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e de artigos publicados em periódicos como: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, publicada pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação, e Revista Brasileira de Educação, publicada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Anais Revista Brasileira de Educação Especial, revista Inclusão: a Revista da Educação Especial, publicada pelo Ministério da Educação, ratificaram a invisibilidade dos/as bebês e das crianças com deficiências no contexto social e nas produções. Apontou que ao publicizar o não-lugar, imposto aos bebês e as crianças com deficiência nos ambientes educativos, se faz relevante pautar as reflexões e debates necessários sobre a continuidade histórica de exclusão nas políticas públicas de educação e em seus direitos sociais. Além disso, destacou que se fazem urgentes estudos na área que possam contribuir com as discussões e construções de políticas públicas efetivas que favoreçam o acesso e a permanência das crianças de zero a cinco anos e onze meses de idade com deficiências à educação de qualidade.

Drago e Dias (2017, p. 515), no artigo intitulado "O bebê com síndrome de Down na Educação Infantil: um estudo de caso", descreveu o processo de inclusão de um bebê com síndrome de Down matriculado numa instituição de Educação Infantil, tendo o referencial da Teoria Histórico-Cultural como base de sua pesquisa. A metodologia adotada foi o estudo de caso com enfoque descritivo, desenvolvido numa instituição federal de Educação Infantil. Os autores destacam que o sujeito com síndrome de Down apresenta "[...] características, peculiaridades e particularidades próprias do acidente cromossômico que causa (ainda sem conclusão médica) a síndrome de Down". A pesquisa evidenciou que a medida que o bebê participava ativamente das práticas pedagógicas cotidianas, conseguia proporcionar o desenvolvimento de suas "funções psicológicas superiores" (DRAGO; DIAS, 2017, p. 515).

O Trabalho de Conclusão de Curso de Fasolo (2009), intitulado "Significante escola: um outro lugar de subjetivação possível?", trouxe como objetivo refletir sobre as possibilidades e os impasses na educação de crianças autistas matriculadas na Educação Infantil. Por meio de trabalho de campo, os dados foram coletados mediante observações e registros realizados durante o atendimento clínico de uma criança autista, na tentativa de inclusão numa creche municipal. Ao resgatar a questão do

autismo, a autora discutiu a estruturação do sujeito na abordagem psicanalítica lacaniana, entendendo a estrutura autista sob o ângulo de falha na função materna. O trabalho com estes sujeitos, apontou para a importância de abandonarmos nossas verdades absolutas e estarmos abertos a escutar outros discursos, para tentar transpor os impasses que se estabelecem no encontro com esses sujeitos. As observações e constatações realizadas ao longo do atendimento clínico da criança autista e a tentativa de sua inclusão numa creche municipal, trazem uma reflexão sobre as possibilidades e os impasses na educação de crianças autistas na Educação Infantil.

O Trabalho de Conclusão de Curso de Guaraldo (2012, p. 6), intitulado “Educação Infantil, Atendimento Educacional Especializado e Inclusão: o Caso Laura”, objetivou “[...] reconhecer os efeitos do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre o trabalho com bebês e crianças pequenas”. Por meio do estudo de caso, trabalhou com relatos/lembranças da autora como professora da criança Laura e realizou observações e entrevistas com a atual professora e monitora da criança e com a direção da instituição de Educação Infantil, com as professoras do Atendimento Educacional Especializado e duas coordenadoras da Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Para a autora, as intervenções da escola e do Atendimento Educacional Especializado são estruturantes no trabalho com crianças pequenas desde bebês, num período incerto do ponto de vista do desenvolvimento futuro dessas crianças. A pesquisa foi sistematizada a partir de três eixos: Inclusão, Atendimento Educacional Especializado e Educação Infantil, sob aporte teórico da psicanálise e de autores que dão ênfase à aprendizagem como processo. Concluiu que “[...] para a inclusão escolar se efetivar é imprescindível um processo de formação contínua do professor/educador e que a “interdisciplina” seja tomada como eixo condutor na rede de trabalho com o aluno” (GUARALDO, 2012, p. 6).

Com o intuito de verificar como a ação educativa tem contemplado as crianças com Transtorno do espectro autista, o artigo de Dias, Santos e Abreu (2021) apresenta como discussão as “Crianças com transtorno do espectro autista em tempos de pandemia: contextos de inclusão/exclusão na Educação Infantil”, mediante análise de elementos teóricos que problematizam as especificidades do trabalho educativo com essas crianças, uma vez que a pandemia de Covid-19⁴ alterou a rotina e os modos de vida das famílias e crianças pequenas desde bebês em função da suspensão do

⁴ Para aprofundamento das discussões relacionadas aos impactos da pandemia de Covid-19 na vida das crianças pequenas desde bebês e na Educação Infantil, recomenda-se a leitura do conjunto de textos dos dossiês “Educação infantil em tempos de Pandemia” (ANJOS; PEREIRA, 2021) e As crianças e suas infâncias em tempos de Pandemia” (SANTOS; SARAIVA, 2020).

atendimento nas instituições de Educação Infantil, provocando outras formas de organização das ações educativas e de atividades de sociabilidade. As autoras e o autor, partem do pressuposto de que as peculiaridades das crianças com Transtorno do espectro autista devem ser consideradas e o processo interativo é imprescindível para o trabalho educativo. Nesse sentido, concluem que os limites impostos pela pandemia interrogam as possibilidades educativas e direcionam para a necessidade de estratégias metodológicas individualizadas que favoreçam o desenvolvimento dessas crianças (DIAS; SANTOS; ABREU, 2021).

As produções acadêmicas que abordam intervenção precoce, práticas pedagógicas inclusivas e questões relacionadas ao desenvolvimento de crianças da Educação Infantil na perspectiva da educação inclusiva, foram reunidas no eixo "Práticas pedagógicas inclusivas e desenvolvimento de bebês". O eixo contemplou 2 teses de doutorado, 3 dissertações de mestrado e 3 artigos científicos.

A tese de Freitas (2011, p. 10), intitulada: "Corpos que não param: criança, "TDAH" e escola", analisou os discursos de um número expressivo de crianças, consideradas como hiperativas na Educação Infantil, da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre. Procurou responder o seguinte questionamento: "O que acontece com o saber e o não saber da educação face aos Corpos Que Não Param?" (FREITAS, 2011, p.10). Destacou a construção do conceito de Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH. Além disso, uma análise cartográfica dá evidência à Atenção, entendida em seu movimento circular de invenção, como efeito da/na aprendizagem. O trabalho de investigação foi desenvolvido com crianças pequenas desde bebês que integram a Rede Municipal de Educação de Porto Alegre, mediante discursos das educadoras de atendimento educacional especializado que prestam atendimento a essas crianças e assessoria às instituições de Educação Infantil. Após as entrevistas, houve a composição de grupos de argumentação. Dentre as evidências, os resultados indicam que as crianças com hiperatividade sofrem com o desamparo de todos/as os/as envolvidos/as. Nesse sentido, o desamparo é entendido como uma forma aguda de sofrimento de diversas ordens que pode gerar mais sofrimento. Observou que crianças nessas condições de desamparo, quando encontraram o cuidado e a atenção personalizada, apresentaram mudanças na convivência e nas aprendizagens na Educação Infantil.

Rabelo, (2014), na dissertação intitulada "O bebê surdo na Educação Infantil: um olhar sobre inclusão e práticas pedagógicas", apresenta uma análise sobre como ocorre a inclusão de dois bebês, de 1 ano, com surdez em um Centro Municipal de Educação

Infantil (CMEI) do município de Vitória/ES. A pesquisa foi realizada com base na teoria Histórico-Cultural e da defesa da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como atividade do cotidiano da Educação Infantil. A pesquisa se desenvolveu mediante estudo de caso, numa perspectiva etnográfica, utilizando-se de recursos como observação participante, registro em diário de campo, entrevistas semiestruturadas e análise documental. Os dados foram analisados a partir de dois eixos: as concepções dos profissionais a respeito da inclusão, surdez e do trabalho com os bebês surdos; o cuidado e a educação dos bebês surdos e as atividades lúdicas na sala dos bebês. Os resultados evidenciam dúvidas a respeito da inclusão e falta do conhecimento da LIBRAS por parte dos/as profissionais. Destacam a necessidade de mais profissionais com o conhecimento da LIBRAS para atender às crianças surdas em diferentes espaços no cotidiano da Educação Infantil.

Dias (2015, p.7), em sua dissertação de mestrado, abordou "O bebê com Síndrome de Down: um estudo no Centro de Educação Infantil Criarte-UFES", com o objetivo de "[...] descrever e compreender o processo de inclusão de um bebê com síndrome de Down no Centro de Educação Infantil CEI – Criarte – UFES". De modo geral, procurou descrever as características e peculiaridades do síndrome de Down, compreender como se dão as práticas pedagógicas voltadas para a inclusão do bebê com síndrome de Down" e "[...] descrever e problematizar os modos de organização de uma escola de Educação Infantil federal para o atendimento e inclusão do bebê com síndrome de Down[...]" sob aporte teórico da Teoria Histórico Cultural (THC). Os resultados revelaram que, "[...] quando a escola e seus profissionais entendem que o sujeito com ou sem deficiência é sujeito produtor de história e cultura, tendem a trabalhar no sentido de que esse sujeito pode e deve fazer parte de todo o cotidiano como membro ativo do processo de ensino-aprendizagem" (DIAS, 2015, p.7).

Na dissertação "Possíveis contribuições da musicalização para bebês e crianças atendidas em programas de intervenção precoce", Mello (2017, p. 8) investigou como "[...] a musicalização para bebês pode contribuir para o desenvolvimento de crianças na primeira infância, com deficiência ou que apresentem risco de desenvolvimento". Observou a capacidade de produzir sons vocais e a percepção musical dos bebês, no entanto, evidencia que o ambiente musical proporcionado pelos pais e cuidadores é parte essencial para o bom desenvolvimento. Nesta pesquisa, apresentou também uma reflexão sobre o impacto do diagnóstico da deficiência para a família do bebê. Concluiu apresentando algumas das necessidades dos bebês com deficiência, apontando uma série de procedimentos de estimulação precoce elaborados.

Vitta, Mouro e Sgavioli (2019, p. 826) no artigo: "Atraso no desenvolvimento e inclusão: a opinião de profissionais do berçário", verificaram "[...] a opinião dos profissionais que atuam em instituições de Educação Infantil sobre o papel do berçário em relação às diferenças no desenvolvimento das crianças nessa fase". Realizaram entrevistas semiestruturadas com 17 profissionais de uma instituição de Educação Infantil vinculada à Secretaria Municipal de Educação de uma cidade do interior Paulista. Os resultados evidenciam que o berçário, "[...] é um local propício para a identificação de diferenças desenvolvimentais e favorável para oferecer atividades intencionais que possam melhorar a qualidade do desenvolvimento integral do bebê" (VITTA; MOURO; SGAVIOLI, 2019, p.826). As autoras chamam a atenção para a relevância do processo formativo dos profissionais da área, de modo a garantir que toda criança usufrua de um ambiente estimulante, que atenda ao seu direito fundamental à educação de qualidade.

Silva, Dauer, Bezerra e Carneiro (2019, p. 17), no artigo intitulado "Entrelaçamento entre possibilidades, avanços e contribuições da psicanálise para o autismo", buscaram "[...] compreender as possibilidades e os avanços da teoria e da técnica psicanalítica no trabalho com o autismo". Para tanto, destacaram a primeira infância e seus possíveis impasses ao desenvolvimento da criança; descrevendo as possibilidades da teoria psicanalítica na clínica infantil, a partir da ferramenta "Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil" (IRDI) e de um caso clínico. A pesquisa, de caráter descritivo, compreendeu uma revisão bibliográfica. Os dados foram obtidos mediante leitura crítica e analítica, a partir do referencial de teóricos psicanalistas. Como resultados, destacaram a questão da temporalidade na psicanálise e o papel da família (cuidador) na formação psíquica do sujeito. Apresentaram, ainda, como um dos resultados do avanço da psicanálise "[...] a ferramenta "Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil" (IRDI), considerando que o valor do instrumento está em permitir a localização a tempo de riscos que, quando detectados e trabalhados em atendimento clínico, podem permitir à criança um processo de desenvolvimento com menos impasses" (SILVA; DAUER; BEZERRA; CARNEIRO, 2019, p. 17).

A avaliação e inclusão no contexto da Educação Infantil foi objeto de investigação de Cavarzan (2021, p. 10), em sua tese intitulada "Roteiro para identificação de sinais de risco ao desenvolvimento na Educação Infantil (RISRD-EI). A autora buscou responder ao seguinte questionamento: "[...] como o profissional que trabalha com esta etapa da educação pode ser instrumentalizado para identificar sinais de risco ao desenvolvimento (SRD) e construir um cenário que permeie práticas inclusivas?". Para

a autora, os profissionais não podem perder a oportunidade de desenvolvimento de ações de intervenção terapêutica no trabalho pedagógico, possibilitando processos de aprendizagem que favorecerão a inclusão social. Como caminho metodológico, a autora fez uso do RISRD-EI, assegurada pelos fundamentos da Teoria Histórico- Cultural e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Aplicou protocolos para diagnóstico e intervenção de Transtorno do espectro autista e entrevista online, para conhecer as concepções dos participantes sobre avaliação, documentação pedagógica e inclusão na EI. As conclusões da pesquisa apontam para “[...] o processo de construção colaborativa de estratégias, através da qualificação do RISRD-EI, e da aplicação das diretrizes para ‘Práticas inclusivas com o uso do RISRD-EI’ como uma possível solução para realizar a inclusão nas práticas escolares através do engajamento dos profissionais nesse processo” (CAVARZAN, 2021, p. 10).

Franco (2021), escreveu o artigo “Contributos Psicanalíticos para a Intervenção Precoce Centrada na Família”. O autor questiona os contributos atuais do pensamento psicanalítico no domínio da Intervenção Precoce no período da Infância. Busca identificar os contributos que melhor respondem às exigências do neurodesenvolvimento, das dimensões relacionais e intersubjetivas da vida das crianças pequenas desde bebês, bem como conhecer as implicações interpessoais para as práticas de intervenção centradas na família.

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DOS ESTUDOS E PESQUISAS ENCONTRADOS

Considerando a base de dados investigada, no período de 2008-2021, foi possível constatar não apenas escassez de estudos sobre o tema, mas também sua necessidade de ampliação nos âmbitos da graduação e da pós-graduação, tendo em vista o fato de que, do total de 15 estudos específicos com/sobre bebês com deficiências, apenas 4 teses, 4 dissertações e 2 Trabalhos de Conclusão de Curso se encontravam indexados na base de dados pesquisada. Sobre a publicização de estudos sobre este tema em formato de artigo científico, também foi possível verificar que apenas 5 foram localizados em tal base, revelando tanto a reduzida quantidade de publicações neste formato como o fato de que nem todos os estudos produzidos nos formatos de tese, dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso foram publicados em periódicos científicos que figuram na referida base de dados.

Os 5 artigos identificados foram publicados mais recentemente, denotando que, se considerada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação

Inclusiva (2008), transcorreu praticamente uma década até que a temática ora investigada figurasse, na base de dados utilizada, em artigos científicos.

O conjunto 15 trabalhos específicos sobre o tema indicou que os estudos, embora escassos, estão em consonância com a inclusão educacional e a necessidade de políticas públicas que garantam o atendimento especializado de bebês com deficiências na Educação Infantil, considerando, também, a formação de profissionais para atuarem na área, de modo que estejam preparados/as para identificar as diferenças e necessidades educacionais das crianças desde bebês e possam promover experiências que melhorem a qualidade do atendimento.

Dos materiais encontrados, foi possível considerar 2 eixos de análise: “Políticas e abordagens na perspectiva inclusiva que contemplam bebês”, que reuniu 7 produções acadêmicas que discutem as políticas de inclusão e as diferentes abordagens na perspectiva da educação inclusiva. Como conhecimento produzido podemos destacar os estudos de Meirelles (2016) e de Guaraldo (2012), como trabalhos que abordaram a Educação Infantil e atendimento educacional especializado, de Bossi (2017, p. 8), que investigou as contribuições do Programa de Acompanhamento para Educadoras de Creche em Contexto Inclusivo - PROAECI, e de Silva (2018), que discutiu o lugar ocupado pelas crianças pequenas desde bebês com deficiências nas ações e políticas públicas promovidas pelo Estado na educação brasileira, de Drago e Dias (2017), que descreveu o processo de inclusão de um bebê com síndrome de Down matriculado numa instituição de Educação Infantil, de Fasolo (2009) e Dias, Santos e Abreu (2021), que refletiram sobre as possibilidades e os impasses na educação de crianças autistas na Educação Infantil, em contexto de pandemia.

O segundo eixo, denominado de “Práticas pedagógicas inclusivas e desenvolvimento de bebês de 0 a 3 anos”, contemplou 8 produções acadêmicas que abordam temáticas como intervenção precoce, práticas inclusivas e questões relacionadas ao desenvolvimento de crianças da Educação Infantil. Como conhecimento produzido, podemos destacar Freitas (2011), que buscou identificar o que acontece com o saber e o não saber da criança com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, Rabelo, (2014), que estudou como ocorre a inclusão de bebês com surdez na Educação Infantil e Dias (2015), que tratou do processo de inclusão de um bebê com síndrome de Down. A intervenção precoce foi objeto de investigação de Mello (2017), buscando identificar as contribuições da musicalização para crianças desde bebês atendidos/as em programas de intervenção precoce e de Franco (2021), que discutiu os contributos atuais do pensamento psicanalítico no domínio da

Intervenção Precoce na Infância. A psicanálise também aparece nos estudos de Silva, Dauer, Bezerra e Carneiro (2019), com o intuito de identificar as contribuições da psicanálise para os estudos sobre autismo. Vitta, Mouro e Sgavioli (2019, p. 826) objetivaram conhecer a opinião dos profissionais sobre o papel do berçário em relação às diferenças no desenvolvimento das crianças e Carvazan (2021) enfatiza a importância da avaliação e da inclusão no contexto da Educação Infantil.

Silva (2018) chama-nos a atenção para a necessidade de produção de estudos que envolvam crianças da Educação Infantil, sobretudo bebês com deficiências, já que sua investigação evidenciou uma porcentagem ínfima de produção acadêmica que discuta a questão da inclusão e/ou sobre desigualdades nas políticas educacionais para crianças de 0 a 5 anos de idade. Essa ausência de produção acadêmica levou o autor a chamar de “invisibilidade” o lugar ou melhor, o “não lugar” que esse público ocupa no contexto educacional, já que a política educacional brasileira não dá conta de atendê-los.

Um conjunto significativo de trabalhos teóricos e acadêmicos centra-se no viés dos cotidianos educacionais, assim como outro conjunto foca em discutir a infância, seja por meio de uma análise mais ampla, seja pela interlocução com outros marcadores sociais, como raça, gênero, classe social e idade. Inferimos que esses marcadores se inserem, nessas produções, enquanto construções culturais, todavia as deficiências ainda se mantêm sob uma visão biomédica, o que talvez subsidie a não incidência e a não incorporação dessa situação, das deficiências, em estudos sobre a infância sob outras perspectivas, incluindo as pesquisas em educação (ANJOS; SILVA; SILVA, 2019, p. 644).

Rosemberg (2012) afirma que o berçário é pouco discutido nos documentos oficiais e em pesquisas da área. Para Vitta, Mouro e Sgavioli (2019, p. 829), nas instituições de Educação Infantil que atendem crianças de 0 a 3 anos, dificilmente são encontrados/as bebês com diagnóstico de alguma deficiência, da forma como é indicado pelos documentos oficiais, uma vez que com essa faixa etária, quando os/as bebês apresentam alguma suposta necessidade especial, estes são direcionados a clínicas médicas e de reabilitação. A inclusão das crianças de 0 a 3 anos implica em reconhecer que os bebês podem apresentar dificuldades em sua rotina e não responder à aquilo que é esperado em sua faixa etária. Tais dificuldades podem ocorrer em virtude de “[...] fatores biológicos imperceptíveis ao nascimento ou da exposição a riscos sociais que prejudiquem a aquisição de comportamentos adaptativos.”

Silva (2018, p. 9), ao realizar pesquisa no banco de teses e dissertações da Universidade de São Paulo, no catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior e, ainda, ao levantar artigos publicados em diferentes periódicos, constata a escassez de produções que tratam das crianças de 0 a 3 anos com

deficiências, o que acena para essa invisibilidade no contexto social e nas produções. Para ele, “[...] ao publicizar o não-lugar, imposto aos bebês e as crianças com deficiência nos ambientes educativos”, se faz necessário reflexões e debates sobre a continuidade histórica de exclusão nas políticas públicas de educação e em seus direitos sociais.

Tecidas as considerações a respeito do conhecimento que tem sido produzido no campo dos estudos com/sobre bebês com deficiências na Educação Infantil e as perspectivas inclusivas de atendimento em creches, foi possível identificar, mediante a recorrência nos estudos e pesquisas, a metodologia empregada nas produções que tem contribuído para o avanço desse conhecimento. Nesse sentido, podemos destacar: estudo de caso etnográfico (um), de autoria de Rabelo (2014); estudo de caso (dois), de autoria de Dias (2015) e Guaraldo (2012); pesquisa descritiva (três), de autoria de Dias (2015); Drago e Dias (2017) e Silva (2019); pesquisa de natureza qualitativa (dois), de autoria de Dias (2015); Bossi (2017); análise comparativa (um), de autoria de Meirelles (2016); pesquisa sistêmica (dois), de autoria de Meirelles (2016) e Freitas (2011), método cartográfico (dois), de autoria de Meirelles (2016) e Freitas (2011); revisão bibliográfica (dois), de autoria de Meirelles (2016) e Silva (2018); estudo clínico (um), de autoria de Bossi (2017); análise de conteúdo (um), de autoria de Silva (2018). Podemos destacar que a pesquisa descritiva (três) foi o tipo de pesquisa mais recorrente, seguida do estudo de caso (dois), da pesquisa sistêmica (dois), do método cartográfico (dois) e da revisão de literatura (dois). Apenas uma produção não especificou o tipo de pesquisa desenvolvido evidenciando apenas os instrumentos utilizados para a coleta de dados (COUREL; CABESTRÉ, 2018).

As pesquisas descritivas contribuem para a compreensão da realidade do cotidiano educacional, descrevendo-o, classificando-o e interpretando-o, promovendo a conscientização da comunidade a respeito da necessidade e da realidade compreendida em trabalhos como o da temática aqui abordada (GAIO, 2008). Talvez esse seja o motivo pelo qual a maioria dos estudos encontrados tenham a escolhido como caminho metodológico mais utilizado, seguido pelas pesquisas qualitativas, como os estudos de casos, que estão associados ao conjunto de pesquisas descritivas.

Quando as instituições educacionais e os profissionais que nelas atuam compreendem as crianças e os adultos, com ou sem deficiências, como produtores/as de história e de cultura, todas as práticas educativas ganham outro sentido na medida em que se parte do princípio de que cada um/a contribui ativamente para as experiências coletivas que geram aprendizagens (DIAS, 2015).

Para Manzini (2011, p. 55), “a relevância científica e também social dos conhecimentos produzidos parece não ser determinada pelo tipo de pesquisa realizada”. Para o autor, é possível encontrar problema de pesquisa com grande relevância social, porém sem relevância científica, pois o conhecimento pode ser novo apenas para aquele que pesquisa e não para o campo científico. No caso em que a pesquisa descritiva foi a mais utilizada, deve-se considerar que tais produções devem contribuir, a partir do caminho metodológico escolhido, para avanços na área, mesmo nos casos de reaplicação ou replicação do que já existe. Nesse sentido, o autor traz a diferenciação entre os termos replicar e reaplicar:

[...] replicação trata de estudar um conhecimento novo por meio de outras pesquisas para verificar a empregabilidade e generalização dos resultados. A reaplicação está relacionada com pesquisas que usam os mesmos procedimentos de coleta, mas que se percebe que aquele conhecimento já está disponível. (MANZINI, 2001, p. 55).

Em relação aos instrumentos de coleta de dados mais utilizados nas pesquisas, podemos destacar a entrevista semiestruturada (cinco), de autoria de Rabelo (2014), de Guaraldo (2012); Meirelles (2016); Freitas (2011); Vitta, Mouro e Sgavioli (2019), associada a outros procedimentos. Na sequência destaca-se a observação (três), de autoria de Rabelo, (2014); Guaraldo, (2012), Fasolo (2009); análise documental (dois), de autoria de Rabelo (2014) e Silva (2018) e os relatos (GUARALDO, 2012). Os autores e as autoras Silva (2019), Dias (2015) e Drago e Dias (2017) não explicitaram os instrumentos de coleta. Apenas o trabalho de Rabelo (2014) traz a faixa etária do/a bebê participante da pesquisa (um ano de idade), sendo que nos demais trabalhos apenas consta que o estudo foi desenvolvido com crianças pequenas desde bebês.

Destacamos a necessidade de construção de outros modos possíveis de fazer pesquisa, especialmente aquelas formas que consideram as crianças desde bebês como parceiras de nossas investigações. Para isso, é necessário o enfrentamento do adultocentrismo (ROSEMBERG, 1976; KRAMER, 2001) e de outras formas de subordinação, além de considerarmos os marcadores da diferença (raça, religião, gênero, classe social, idade, dentre outros) como elementos fundamentais do debate (SANTOS; ANJOS; FARIA, 2017). A criança tem muito a nos dizer e a nos mostrar. Trata-se de (re)aprender a ver e a ouvir, participando, anotando, interagindo, observando o cotidiano dessas crianças, sua faixa etária, considerando as dificuldades e outras formas de expressão e comunicação como os jogos, os desenhos, os gestos, dentre outros (SILVA, BARBOSA, KRAMER; 2008).

[...] a ênfase na escuta justifica-se pelo reconhecimento das crianças como agentes sociais, de sua competência para a ação, para a comunicação e troca cultural. Tal legitimação da ação social das crianças resulta também de um reconhecimento e de uma definição contemporânea de seus direitos fundamentais – de provisão, proteção e participação (ROCHA, 2008, p. 46).

A observação e a escuta das crianças, podem contribuir para incitar o nosso olhar para compreender as crianças a partir delas mesmas: como pensam, sentem suas vivências cotidianas e interagem com outras crianças e adultos/as, como aprendem e se desenvolvem. Fasolo (2009) destaca a importância de abandonarmos nossas verdades e estarmos abertos à escuta de outros discursos para tentar transpor os impasses que se estabelecem no encontro com essas crianças com deficiências na Educação Infantil.

Os resultados das produções acadêmicas indicam que as pesquisas relacionadas às crianças com deficiências no geral, têm ocorrido na interface entre educação e saúde, dialogando especialmente com os campos da pedagogia, da psicologia e da terapia ocupacional. Os trabalhos compartilham de aspectos políticos que valorizam os processos de inclusão educacional, embora revelem que os mecanismos de exclusão e de segregação ainda estão fortemente presentes nessas realidades, o que requer debates e políticas públicas que assegurem os direitos das crianças desde bebês. Reconhecem a importância da oferta do apoio especializado desde a Educação Infantil e, no geral, indicam a sala de recursos como elemento pedagógico importante e responsável por contribuições significativas para práticas educativas que possam gerar ricas experiências para as crianças com deficiências. Indicam, ainda, que se faz importante o desenvolvimento de estratégias metodológicas individualizadas que favoreçam o desenvolvimento dessas crianças, conforme evidenciado por Dias, Santos e Abreu (2021).

Destacam, ainda, a importância da formação docente e dos/as demais profissionais que trabalham com crianças pequenas desde bebês, de modo que seja possível garantir que toda criança usufrua de um ambiente estimulante, que atenda ao seu direito fundamental à educação de qualidade e com equidade, assim como evidenciado por Guaraldo (2012, p. 6) e Vitta, Mouro e Sgavioli (2019), pois, crianças quando encontraram o cuidado e a atenção personalizada, apresentam mudanças nas interações e nas aprendizagens na Educação Infantil (FREITAS, 2011).

CONCLUSÕES

Conforme postulamos no início deste material, o objetivo deste artigo foi o de reunir e analisar o estado da produção de estudos e pesquisas com/sobre bebês com deficiências na Educação Infantil, a partir de revisão bibliográfica realizada junto à base de dados da Oasisbr (2008-2021), tendo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) como marco e recorte temporal, analisados de forma descritiva e interpretativa.

As pesquisas encontradas indicam a escassez de investigações sobre/com bebês com deficiências na Educação Infantil, o que requer a necessidade de estudos e pesquisas na área, envolvendo as políticas educacionais e outras políticas de atendimento às crianças desde bebês com deficiências, além de trabalhos que tratem dos direitos e das pedagogias na perspectiva da educação inclusiva. Este trabalho deve recorrer a um planejamento intencional, com adequação dos espaços, dos materiais e de diferentes formas de proposição considerando as potencialidades individuais das crianças.

Ao refletirmos sobre a escassez de pesquisas com/sobre bebês com deficiências, sentimos a necessidade de reafirmar a necessidade dos diálogos intersetoriais – da educação com a saúde, a assistência social, dentre outras áreas - como uma alternativa para que o atendimento às crianças pequenas, com e sem deficiências, possa dar um salto qualitativa, na medida em que, nessa lógica, as crianças são consideradas como uma responsabilidade de toda a sociedade e não somente das instituições educativas. Com a pandemia de Covid-19, os debates sobre diálogos intersetoriais se tornaram mais intensos por parte daqueles/as que lutam por um sistema integrado de atendimento às crianças pequenas desde bebês (ANJOS; PEREIRA, 2021; CRUZ; MARTINS; CRUZ, 2021) como parte constitutiva das muitas lutas da Educação Infantil (ANJOS; SANTOS; FERREIRA, 2017).

Com esse artigo, procuramos trazer alguma contribuição para o campo no sentido de que essas reflexões possam servir de ponto de partida para outros trabalhos acadêmicos, particularmente àqueles voltados para a educação inclusiva das crianças pequenas desde bebês no contexto da Educação Infantil.

Ademais, cabe destacar a partir das produções encontradas que a descrição detalhada de questões teóricas e metodológicas nos trabalhos acadêmicos são elementos tão importantes quanto as questões teórico-conceituais, pois revelam o cuidado do pesquisador e da pesquisadora com as etapas do processo investigativo,

com o/a leitor/a e demais interessados no avanço do conhecimento produzido. Portanto, requer cuidado na sua elaboração, trazendo as informações necessárias a um trabalho acadêmico como objetivo, método, resultados e conclusões.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.113, p.51-64, 2001. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a03n113>. Acesso em: 02 fev. 2013.

ANJOS, Cleriston Izidro dos; PEREIRA, Fábio Hoffmann. Educação infantil em tempos de pandemia: outros desafios para os direitos, as políticas e as pedagogias das infâncias. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 3-20, jan./jan., 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79179>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79179>. Acesso em: 05/02/2022.

ANJOS, Cleriston Izidro dos; SILVA, Shirley; SILVA, Cleber Nelson de Oliveira. Políticas, formação docente e práticas pedagógicas: reflexões acerca de uma educação infantil inclusiva. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp.1, p. 641-655, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.1.12196. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12196>. Acesso em: 27 maio. 2022.

ANJOS, Cleriston Izidro dos; SANTOS, Solange Estanislau dos; FERREIRA, Fernando Ilídio. As lutas pela Educação Infantil: políticas, direitos e pedagogias. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 19, n. 36 p.156-165, jul-dez 2017. DOI: DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2017v19n36p156>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/54496>. Acesso em: 27/05/2022.

BOSSI, Tatiele Jacques. **Inclusão De Bebê Com Deficiência Física Em Creche:** Programa de acompanhamento para educadoras com base em conceitos Winnicottianos. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/187447>. Acesso em: 27/05/2022.

BRACCIALLI, Lígia Maria Presumido; REGANHAN, Walquiria Gonçalves; Reganhan, Walquiria Gonçalves, BALEOTTI, Luciana Ramos; TULER, Silvana Falcão. **Estimulação precoce:** atendimento multidisciplinar de bebês com atraso no desenvolvimento sensório-motor. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2003. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/148238>. Acesso em: 27/05/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara da Educação Básica. Parecer 20/2009 - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. *In:* **BRASIL**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 05 jul 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. p. 13563.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. p. 27833.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18.

BRITO, Ana Paula Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Brunna Alves da. A importância da pesquisa bibliográfica. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354>. Acesso em: 27/05/2022.

BUENO, José Geraldo. A produção acadêmica sobre inclusão escolar e educação inclusiva. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina Piunbato Innocentini. (org.). **Temas em educação especial: conhecimentos para fundamentar a prática**. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES-PROESP, 2008. p.31-47.

BUENO, José Geraldo Silveira; MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. Educação Infantil e educação especial: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. **Revista Contrapontos - eletrônica**, v. 11, n. 3, p. 278-287, 2011. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/2938>. Acesso em: 27/05/2022.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/688>. Acesso em: 27 maio. 2022.

CAVARZAN, Daniele de Fátima Kot. **Roteiro para identificação de sinais de risco ao desenvolvimento na Educação Infantil (RISRD-EI)**. 2021. 295f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/72602>. Acesso em: 23/04/2022.

CRUZ, Silvia Helena Vieira; MARTINS, Cristiane Amorim; CRUZ, Rosimeire Costa de Andrade. A Educação Infantil e as demandas postas pela pandemia: intersectorialidade, identidade e condições para o retorno às atividades presenciais. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 147-174, jan./jan., 2021. DOI:

<https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79003>. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79003>. Acesso em:
27/05/2022.

COUREL MAURÍCIO, Karina; CABESTRÉ AMORIM, Gabriely. Educação Especial na Primeira Infância: a Perspectiva dos Professores Sobre a Inclusão de Crianças Surdas. **Perspectivas em Diálogo**: Revista de Educação e Sociedade, v. 5, n. 9, p. 165-178, 18 ago. 2018. Disponível em:
<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/4440>. Acesso em:
27/05/2022.

DELGADO, Ana Cristina Coll; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; RICHTER, Sandra Regina Simonis. Singularidades da docência na creche: interlocução com pesquisas no Brasil. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v.6, n.15, 2019. Disponível:
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1360>.
Acesso: 31/08/2021.

DIAS, Adelaide Alves; SANTOS, Isabelle Sercundes; ABREU, Adams Ricardo Pereira de. Crianças com transtorno do espectro autista em tempos de pandemia: contextos de inclusão/exclusão na Educação Infantil. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 101-124, jan./jan., 2021. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79005>. Acesso em:
23/04/2022.

DIAS, Israel Rocha. **O bebê com Síndrome de Down** : um estudo no Centro de Educação Infantil Criarte-Ufes. Dissertações (Mestrado em Educação) - PPGE Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/8638>. Acesso em: 27/05/2022.

DRAGO, Rogério; DIAS, Israel Rocha. O bebê com síndrome de Down na de educação infantil: um estudo de caso. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 30, n. 58, p. 515-528, 2017. DOI: 10.5902/1984686X24260. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24260>. Acesso em: 27 maio. 2022.

FASOLO, Liege Bertolini. **Significante escola**: um outro lugar de subjetivação possível? Trabalho de conclusão (especialização) - Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17914>. Acesso em:
27/05/2022.

FRANCO, Vitor. Contributos Psicanalíticos para a Intervenção Precoce Centrada na Família. **Interacções**, v.17, n.59, p. 141-161, 2001. Disponível em:
<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/25107>. Acesso: 23/04/2022.

FREITAS, Claudia Rodrigues de. **Corpos que não param**: criança, "TDAH" e escola. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/32310>. Acesso em: 27/05/2022.

GAIO, Roberta. **Metodologia de pesquisa e produção do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; ARAUJO, Luciana Aparecida. Inclusão e educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp.1, p. 635-640, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.1.12214. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12214>. Acesso em: 27 maio. 2022.

GUARALDO, Ana Cristina Del Grande. **Educação Infantil, Atendimento Educacional Especializado E Inclusão: O Caso Laura**. Porto Alegre. RS. 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/69850>. Acesso em: 27/05/2022.

JOAQUIM, Cristiani da Silva. **Interação professor-bebê em creches inclusivas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3192/DissCSJ.pdf?sequence=1&sAllowed=y>. Acesso em: 27/05/2022.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 2001.

MANZINI, Eduardo José. Tipo de conhecimento sobre inclusão produzido pelas pesquisas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.17, n.1, p.53-70, Jan/ Abr., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/vdbMK9DZKH4zgZgGHQnZqcx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27/04/2022.

MEIRELLES, Melina Chassot Benincasa. **Educação Infantil e atendimento educacional especializado: configurações de serviços educativos no Brasil e na Itália**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/148283>

MELO, Cecília Paulozzi de. **Possíveis contribuições da musicalização para bebês a crianças atendidas em programas de intervenção precoce**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333115>

RABELO, Dayane Bollis. **O bebê surdo na Educação Infantil: um olhar sobre inclusão e práticas pedagógicas**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, p 174. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/1149>

ROCHA, Eloisa Acires Candal. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira. **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 43-51.

ROSEMBERG, Fulvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: BENTO, Maria Aparecida Silva. (org.). **Educação**

Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012. p.10-46

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação para quem?** Ciência e Cultura (SBPC), v. 28, n.12, p. 66-71, 1976.

SANTOS, Solange Estanislau dos; SARAIVA, Marina Rebeca de Oliveira. O ano que não tem fim: as crianças e suas infâncias em tempos de pandemia. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1177-1187, dez./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/79179>. Acesso em: 07/06/2022.

SANTOS, Solange Estanislau; ANJOS, Cleriston Izidro dos; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. A criança das pesquisas, a criança nas pesquisas... A criança faz pesquisa?. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 25, p. 158-175, 2017. DOI: 10.22481/praxis.v13i25.958. Disponível: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/958>. Acesso: 31 ago. 2021.

SILVA, Cleber Nelson de Oliveira. **Primeira infância e situações de deficiências:** elementos para uma análise do (não) direito à educação. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em:doi:10.11606/D.48.2018.tde-08052018-105555. Acesso em: 2021-05-27.

SILVA, Jordan Prazeres Freitas da; DAUER, Érica Teles; BEZERRA, Anna Paula Fagundes; CARNEIRO, Stania Nágila Vasconcelos. Entrelaçamento entre possibilidades, avanços e contribuições da psicanálise para o autismo. **Revista Expressão Católica**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 17-28, may. 2019. ISSN 2357-8483. Disponível em: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rec/article/view/2913>. Acesso em: 28 May. 2021.

SILVA, Juliana Pereira da; BARBOSA, Silvia Neli Falcão; KRAMER, Sônia. Questões teórico-metodológicas da pesquisa com crianças. In:CRUZ, Silvia Helena Vieira. **A criança fala:** a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008. p.79-101.

TEIXEIRA, Renata Cid Varela Leite. **A educação especial da criança com Síndrome de Down.** 2003. 54f.- Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Treinamento e Desenvolvimento, Especialização em Inclusão da Criança Especial no Sistema Regular de Ensino Fortaleza (CE), 2003 Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/37640>

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; MOURO, Mariana Martins; SGAVIOLI, Ana Juliana Ribeiro. Atraso no desenvolvimento e inclusão: a opinião de profissionais do berçário. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp.1, p. 826–841, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.1.12209. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12209>. Acesso em: 27 maio. 2021.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

ESTUDOS COM/SOBRE BEBÊS COM DEFICIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS (2008-2021)

Studies with/about babies with disabilities in Early Childhood Education: a reflection on academic productions (2008-2021)

Luciana Aparecida de Araujo

Livre-Docente
Universidade Estadual Paulista/ Unesp
Departamento de Didática
Marília, Brasil

luciana.a.araujo@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0003-1147-5039>

Cleriston Izidro dos Anjos

Pós-Doutorado em Educação
Centro de Educação
Universidade Federal de Alagoas
Maceió, Brasil

cleriston.anjos@cedu.ufal.br
<https://orcid.org/0000-0003-1040-4909>

Claudia Regina Mosca Giroto

Doutora em Educação
Departamento de Educação e Desenvolvimento Humano
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Marília, Brasil

claudia.mosca@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0001-6267-8085>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua Mecenas Pinto Bueno, n. 307. Bairro Maria Izabel. Cep. 17.516-030, Marília, São Paulo, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: L. A. de Araujo, C. I. dos Anjos, C. R. M. Giroto

Coleta de dados: L. A. de Araujo, C. I. dos Anjos, C. R. M. Giroto

Análise de dados: L. A. de Araujo, C. I. dos Anjos, C. R. M. Giroto

Discussão dos resultados: L. A. de Araujo, C. I. dos Anjos, C. R. M. Giroto

Revisão e aprovação: L. A. de Araujo, C. I. dos Anjos, C. R. M. Giroto

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o

devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 01-09-2021 – Aprovado em: 29-05-2022